

Despacho n.º 18341/2008

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

Passagem à situação de reserva

SAJ INF NIM 19122081 Gerónimo dos Santos Paulino, nos termos do n.º 2 do Artigo 154.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2007. Fica com a remuneração mensal de € 1.562,88. Conta 32 anos, 08 meses e 02 dias de serviço, nos termos do Art. 45.º do EMFAR.

26 de Maio de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Comandante do Pessoal, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

Despacho n.º 18342/2008

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

Passagem à situação de reserva

SAJ INF NIM 13683383 António João Mota Rato, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2007. Fica com a remuneração mensal de € 1.479,16. Conta 30 anos, 11 meses e 28 dias de serviço, nos termos do Art. 45.º do EMFAR.

26 de Maio de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Comandante do Pessoal do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

Despacho n.º 18343/2008

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

Passagem à situação de reserva:

COR ENG NIM 00449374, Carlos Alberto da Costa Alves Pereira, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2007.

Fica com a remuneração mensal de € 3547,94.

Conta 45 anos, 7 meses e 7 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

26 de Maio de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Comandante do Pessoal do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

FORÇA AÉREA**Comando de Pessoal da Força Aérea****Portaria n.º 635/2008**

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que os militares destinados ao regime de contrato em seguida mencionados, sejam promovidos no posto de ASPOF, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 296.º e alínea a) do artigo 304.º, ambos do EMFAR, com a redacção que lhes foi dada pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por terem concluído com aproveitamento a Instrução Complementar da respectiva especialidade:

RHL-OFI:

ASPOFGRHL-OFI 135689 F, Catarina Inês Canhoto Valério, SJD
ASPOFG RHL-OFI 135668 C, Sónia Margarida Gonçalves de Oliveira, CZAA

ASPOFG RHL-OFI 135669 A, Michelle Rêgo Pereira, CRM

ASPOFG RHL-OFI 135687 K, Maria Dulce Alves Martins, CFMTFA

ASPOFG RHL-OFI 135675 F, Joana Morais De Azevedo Teixeira, CLAFA

ASPOFG RHL-OFI 135676 D, Raquel Ribeiro Cardoso Vieira, CZAA

ASPOFG RHL-OFI 135673 K, Sílvia Patricia Pereira Estevão, AFA

ASPOFG RHL-OFI 135598 J, Carlos Alberto Ventura Belindro, CPSIFA

ASPOFG RHL-OFI 135670 E, David Manuel Ferreira Cavaco, CZAA

ASPOFG RHL-OFI 135671 C, Eliana Catarina Guedes Ribeiro, CRM

ASPOFG RHL-OFI 135672 A, Emílio Alexandre Monteiro Alves, CRM

ASPOFG RHL-OFI 135674 H, João Pedro Branco de Almeida da Silva Alves, S DFA

ASPOFG RHL-OFI 135688 H, Sílvia Manuela Marques Torres, CZAA

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 01DEZ07.

14 de Maio de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal, *Victor Manuel Lourenço Morato*, TGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo****Despacho n.º 18344/2008**

No exercício da competência conferida pelo n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e nos termos dos artigos 23.º e 24.º da referida Lei, renovo a comissão de serviço da Licenciada em Direito Maria da Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro, no cargo de Secretário do Governo Civil de Viana do Castelo.

27 de Junho de 2008. — O Governador Civil, *José Joaquim Pita Guerreiro*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**Aviso n.º 19702/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Danilson da Silva Monteiro, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 25/01/1986, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19703/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marlene Beyby dos Santos Pinto, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida a 02/03/1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19704/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Inês de Carvalho Manuel Luis, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida a 20/06/1967, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19705/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Idrissa Sanhá, natural de Biombo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 07/08/1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de

cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19706/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eugénio José de Oliveira, natural de São José, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido a 21/10/1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19707/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Augusto Bailo, natural de Ancarabe, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 05/09/1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19708/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Novembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Patrícia Firmina Fastudo Neves, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida a 15/02/1977, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-

-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19709/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mariama Baldé, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 30 de Março de 1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 18345/2008

Por despacho de 27.06.2008 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Eng.ª Maria Elisabete Nepomuceno Cardoso Macedo, Especialista de Informática do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço em regime de substituição, no cargo de Directora Central de Informática, cargo de direcção intermédia, com efeitos a partir de 06.07.2008.

2 de Julho de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 18346/2008

Por despacho de 23.05.2008 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é nomeado em Comissão de Serviço Extraordinária, pelo período de 6 meses com efeitos a partir de 01.07.2008, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º de Decreto-Lei n.º 497/99, de 19.11, o funcionário abaixo identificado, para exercer as funções correspondentes à categoria de Especialista de Informática estagiário:

| Nome | Situação anterior | | Situação actual | |
|----------------------------------|--|----------------|--|----------------|
| | Categoria | Escalão/Índice | Categoria | Escalão/Índice |
| Carlos Manuel Afonso Dias Torres | Técnico de Informática Grau 1, Nível 1 | 1/332 | Especialista de Informática Estagiário | 1/400 |

2 de Julho de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Direcção de Serviços de Recursos Humanos

Aviso (extracto) n.º 19710/2008

Faz-se público que, concluído o procedimento a que se refere o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 12/2007, de 19 de Janeiro, por despacho de 24.06.2007 da Directora-Geral da Administração da Justiça, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso para recrutamento de peritos avaliadores.

1 — O presente concurso é válido por 3 anos, contados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do referido diploma, e destina-se ao preenchimento de 306 vagas, assim distribuídas:

- 98 na lista do distrito judicial de Lisboa;
- 55 na lista do distrito judicial do Porto;
- 76 na lista do distrito judicial de Coimbra;
- 63 na lista do distrito judicial de Évora;
- 14 na lista dos círculos judiciais dos Açores.

2 — As funções de perito avaliador estão previstas, designadamente, nos artigos 10.º, n.º 4, 11.º, n.º 5, 20.º, n.º 6, 45.º e 62.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro:

- Elaborar relatório com a previsão de encargos com a expropriação.
- Realizar vistorias ad perpetuum rei memoriam.
- Proceder a avaliações.
- Participar em processos de arbitragem.

3 — Requisitos de admissão ao concurso

Podem candidatar-se ao concurso os indivíduos que:

- a) Sejam possuidores de curso superior adequado, considerando-se como tal os constantes na Portaria n.º 788/2004, de 09 de Julho;
- b) E não estejam inibidos do exercício de funções públicas ou interditos para o exercício das respectivas funções.

4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — As candidaturas, dirigidas à Directora-Geral da Administração da Justiça, deverão ser formalizadas mediante requerimento, cujo modelo-tipo obrigatório faz parte do anexo a este aviso.

4.2 — O requerimento deverá ser acompanhado de:

- a) Declaração, sob compromisso de honra, de que não está inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício de funções de perito avaliador;